



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

DISCURSO PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, GENERAL DE EXÉRCITO EURICO GASPAR DUTRA, POR OCASIAO DO ALMOÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS, A 2 DE JANEIRO DE 1951.

"Senhores Generais, Almirantes e Brigadeiros:

O vosso espírito de camaradagem quis a nossa presença nesta já tradicional festa de confraternização das Classes Armadas, no limiar do Ano Novo.

Não deverei, agora, silenciar os meus sentimentos, depois das palavras de compreensão afetiva do vosso autorizado intérprete. Guardá-las-ei no meu coração de soldado.

E nenhuma ocasião se me afigura mais propícia para externar, por minha vez, o meu reconhecimento por tudo o que devo à nossa classe, após quase 50 anos de constante labor e convivência.

Devo, por sem dúvida, à nossa carreira todos os estímulos para devotar-me exclusivamente ao serviço da Pátria.

Sempre no seio da tropa, e, nestes cinco anos, ainda para ela voltado, — aqui encontro os meus camaradas, os meus amigos, a minha família. Entre vós, vivi tôda uma vida de trabalho, sem hiatos nem descanso.

É natural, portanto, que, ao findar, praticamente, a minha jornada pública, venha formular votos pela felicidade dos companheiros de tantos anos, e, às Fôrças Armadas, augure êxito crescente na sua missão histórica.

A Constituição não criou as Fôrças Armadas. Elas preexistiam como instituições nacionais, de caráter per-

manente. A regra constitucional estabeleceu o modo do seu funcionamento e definiu, no art. 177, a sua destinação, na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da Lei e da Ordem.

Para realizar essa finalidade essencial, é indispensável reine espírito de união perfeita, impere coesão sem falhas e domine firme identidade de propósitos. São os sentimentos de compreensão e de concórdia, ainda há pouco aqui relembrados. A êles, certa feita, senti-me no dever de aludir, quando invoquei, com o pensamento nos inimigos das instituições, a palavra sagrada: "Todo reino, dividido contra si mesmo, será assolado; e a casa, dividida contra si mesma, cairá".

As Fôrças Armadas hão de permanecer, cada vez mais, unidas em tórno do Brasil e das suas instituições políticas, com as espadas em continência à Lei, nesta emergência angustiosa em que se debate a Civilização, com reflexos internos e externos na vida brasileira.

Eis porque não julgo inadêquado fazer, na vossa presença, algumas reflexões ditadas pela experiência que a carreira me facultou e pela fidelidade que todos devemos ao Brasil.

A Pátria não é só o território. Nem a população, sòmente. Nem o idioma, o trabalho, as crenças, as tradições. Também não se corporifica, unicamente, na Família, na Cidade, na Igreja, no Fôro, na Universidade. Tudo se projeta numa síntese, para a comunhão da Lei, dentro de determinado estilo de vida.

A defesa da Pátria é, portanto, a salvaguarda dêsse conjunto de interêsses materiais e morais.

A ameaça contra ela não vem sòmente de aviões que possam cruzar os oceanos, de submarinos que tentem aninhar-se em suas águas, ou de soldados que, porventura, transponham, agressivamente, as suas fronteiras. Maior

perigo representa a infiltração incaracterizada e solerte dos que atacam sub-repticiamente as raízes da nacionalidade. Vinda de fora, essa penetração antecede e prepara a ação militar — que demora por vêzes — mas se socorre sempre dêsses vanguardeiros cuja missão é tirar, à prêsa assinalada, a vontade de resistir, lutar e vencer.

Há mais de 150 anos, um chefe de Estado de uma das Pátrias da nossa família americana advertia : é assim que a política e a vontade de uma nação se submetem à política e à vontade de outra nação. E acrescentou: “O orgulho de um povo livre deve manter constante vigilância sôbre os artificios enganadores da influência estrangeira que é, segundo as lições da experiência e da história, o mais cruel inimigo de uma República”.

Não menos perigosa é a mentira do falso patriotismo que se coloca a serviço de interêsses alienígenas, apresentando-se sob o signo da mais pura fidelidade aos deveres para com a terra de nascimento ou de adoção.

Por outro lado, previne o mesmo homem de Estado e grande soldado — George Washington — “Deveis ter sempre em vista ser loucura um país procurar de outro a concessão de favores desinteressados”.

Êsse conceito, evidentemente, não contradiz o princípio correto, e já hoje indisputável, por fôrça do qual as nações — que pugnam pelo mesmo ideal político e comungam da mesma cultura — devem congregar-se, no Continente e no Mundo, em pactos de assistência e defesa mútua, realizando uma real política de segurança coletiva.

No campo interno, as Fôrças Armadas, e tôda a Nação, devem manter-se vigilantes quanto ao funcionamento do regime, não contribuindo para as usurpações dos poderes constitucionais, uns contra os outros. Não padece dúvida que é tão necessário instituir os poderes, quanto contê-los nas órbitas que lhes são delimitadas.

Governantes e governados têm de ser vassallos da Legalidade.

Do meu governo, já tive a felicidade de proclamar: "Quem julga é o Judiciário; quem legisla é o Legislativo. O Poder Executivo cumpre a sua tarefa, dentro dos limites constitucionais".

Mas, se, por um lado, das Fôrças Armadas se reclama fidelidade para o Estado, — êste, por sua vez, deve-lhes sentimentos de estima e aprêço cívico, pelo seu espírito de sacrifício e pela devoção aos superiores interesses da Pátria.

Somos, hoje, a maior das nações latinas. Contamos mais de 51 milhões de habitantes no solo da pátria. Cinco das unidades da Federação brasileira ultrapassaram a casa de três milhões. Cinco das nossas capitais conquistaram o direito de ser enumeradas entre as maiores concentrações urbanas contemporâneas. E o nosso povo está realizando uma das grandes civilizações dos trópicos, e desfruta as excelências de instituições livres.

Podemos, a respeito destas, repetir com Caxias, numa das vêzes em que assumiu a Chefia do governo do Brasil: "Entendo que, presentemente, o país quer, sobretudo, a rigorosa observância da Constituição e das Leis".

Essas palavras, proferidas há cêrca de 90 anos, têm hoje a mesma valia e a mesma ressonância. Dentro dêsse preceito, haveremos de continuar a nossa trajetória ascendente, nos dias de amanhã, porque já está enraizado nos corações dos brasileiros que o preço da liberdade é a submissão à Lei, por parte de governantes e governados.

Peço-vos, pois, que nos juntemos para saudar, nesta hora e sempre, a Constituição e as instituições republicanas e democráticas do Brasil, condição de união e tranquilidade para o nosso povo e de fôrça para a Nação!".